



## ESTATUTO SOCIAL

### CAPÍTULO I

#### DENOMINAÇÃO, NATUREZA, OBJETIVO E DURAÇÃO

**Art. 1º - O CONSÓRCIO PÚBLICO DOS MUNICÍPIOS DA MATA SUL PERNAMBUCANA**, que passa a adotar a sigla **COMSUL**, é uma associação pública integrando, assim, a administração indireta de todos os municípios consorciados e será regido pelo presente estatuto, de acordo com o **PROTOCOLO DE INTENÇÕES** e seus Termos Aditivos, com a Lei nº 11.107/05 e o Decreto Nº 6.017/07, bem como de acordo com as leis vigentes no País.

**Art. 2º - O COMSUL** terá sede e foro no município de Palmares, Pernambuco, sendo seu campo de atuação a área somada dos territórios de todos os municípios consorciados.

§ 1º - Qualquer município contíguo ou vizinho à região do **COMSUL** poderá incorporar-se a área de atuação, bastando, para isso, aprovação por 3/5 dos membros da Assembléia Geral e pagamento de taxa de adesão no valor de R\$7.800,00 (sete mil e oitocentos reais).

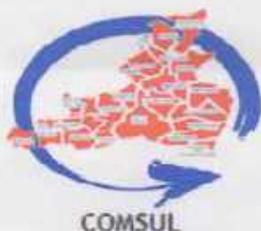
§ 2º A taxa a que se refere o parágrafo primeiro deste artigo será utilizada exclusivamente pelo **COMSUL** dentre os objetivos propostos em seu Contrato de Consórcio.

**Art. 3º - É objetivo do COMSUL**, dentre outros, os seguintes:

- I- realizar ações de interesse comum, visando à promoção e o desenvolvimento político, administrativo, econômico, social e ambiental dos municípios e da região a que pertencem;
- II- prestar assessoramento na elaboração e execução de planos, programas e projetos relacionados com os setores sociais econômicos, de infra-estrutura e institucionais, notadamente nas seguintes áreas: educação, saúde, trabalho e ação social, habitação, saneamento, agricultura, indústria, comércio, turismo, abastecimento, transporte, comunicação, meio ambiente e segurança;
- III- articular os Municípios Consorciados na defesa dos seus interesses face às esferas Estadual e Federal;



- IV- gerir associadamente os serviços públicos, definidos pelo Decreto Regulamentar nº 6.017/07 como o exercício das atividades de planejamento, regulação ou fiscalização de serviços públicos entre entes federados, acompanhada ou não da prestação de serviços públicos, inclusive à transferência total ou parcial de encargos, serviços, pessoal e bens essenciais à continuidade dos serviços transferidos;
- V- prestar serviços, inclusive de assistência técnica, à execução de obras e o fornecimento de bens à administração direta ou indireta dos entes consorciados;
- VI- compartilhar ou usar em comum instrumentos, máquinas e equipamentos de gestão, manutenção, informática, de pessoal técnico e de procedimentos de licitação e de admissão de pessoal;
- VII- produzir informação ou estudos técnicos em geral;
- VIII- instituir e gerir as escolas de governo ou estabelecimentos congêneres;
- IX- promover o uso racional de recursos naturais e a proteção do meio-ambiente, promovendo o fortalecimento e a criação dos conselhos ambientais nos municípios ou de forma regionalizada a cargo do consórcio;
- X- exercer funções no sistema de gerenciamento de recursos hídricos que tenha sido delegadas ou autorizadas;
- XI- apoiar e fomentar o intercâmbio de experiências e de informações entre os entes consorciados;
- XII- gerir e proteger o patrimônio paisagístico ou turístico comum e promover o turismo local e regional;
- XIII- planejar a gestão e administração dos serviços e recursos da previdência social de qualquer dos entes consorciados;
- XIV- fornecer assistência técnica, extensão, treinamento, pesquisa e desenvolvimento urbano, rural e agrário;
- XV- desenvolver ações e políticas de desenvolvimento sócio-econômico local e regional em todas as áreas, inclusive no tocante à habitação e economia;
- XVI- exercer competências pertencentes aos entes federados nos termos de autorização ou delegação;



- XVII- desenvolver ações e os serviços de saúde, obedecidos os princípios, diretrizes e normas que regulam o Sistema Único de Saúde (Lei 8.080/90 e Lei 8.142/90);
- XVIII- desenvolver ações e os serviços de saneamento básico, obedecidos os princípios, diretrizes nacionais que regulam a matéria (Lei 11.445/07);
- XIX- estimular e promover eventos sociais, políticos, econômicos e científicos relacionados com os interesses individuais ou regionais dos municípios consorciados;
- XX- toda e qualquer ação que diga respeito ao ensino, à pesquisa e ao desenvolvimento institucional.

§ 1º - Para fins do contido no inciso XI, do art. 4º, da Lei 11.107/05, os Municípios consorciados autorizam a gestão associada de seus serviços públicos, compreendendo a transferência do exercício de sua competência para o consórcio público, por meio de contrato de programa, no tocante aos serviços ocorrentes nas áreas: administrativa, arrecadação, saúde, cultura, educação, esporte, lazer, pesquisa científica, desenvolvimento tecnológico e proteção do meio ambiente, ainda que de forma indireta, além de todos aqueles diretamente ligados aos objetivos do consórcio.

§ 2º - Os Municípios consorciados igualmente autorizam o **CONSUL** a licitar e outorgar (contratar) concessão, permissão ou autorização da prestação dos serviços cujas competências restarão transferidas por força do presente instrumento.

**Parágrafo único** - É vedado, aos membros dos órgãos administrativos do **CONSUL**, manifestarem-se em nome deste sobre assunto político partidário.

**Art. 4º** O **CONSUL** funcionará por tempo indeterminado.

## CAPITULO II DOS CONSORCIADOS

**Art. 5º** - O **CONSUL** terá as seguintes categorias de consorciado:

- I- fundadores;
- II- efetivos

*[Handwritten signatures and scribbles in blue ink are present throughout the page, including a large signature on the left and several smaller ones and scribbles on the right and bottom.]*



§ 1º São consorciados fundadores todos os entes federativos que aderiram ao **CONSUL** no momento de sua constituição.

§ 2º São consorciados efetivos todos os entes federativos que aderirem ao **CONSUL** após a sua constituição, mediante pagamento da taxa de adesão prevista neste Estatuto.

**Art. 6º - São direitos dos consorciados Fundadores e Efetivos:**

- I- exercer o direito de votar e ser votado;
- II- exercer, livremente, os direitos de opinar, sobre os temas apresentados em reuniões da Assembléia Geral, no limite da lei;
- III- requerer ajuda técnico - jurídica e/ou técnico administrativa;
- IV- sugerir medidas de interesse regional;
- V- participar das reuniões do consórcio;
- VI- oferecer sugestão e medidas de interesse do consórcio;
- VII- participar de quaisquer eventos promovidos pelo consórcio;
- VIII- integrar comissões especiais criadas pelo consórcio.

**Art. 7º - São deveres dos consorciados Fundadores e Efetivos:**

- I- pagar as contribuições, auxílios e rateios;
- II- indenizar o **CONSUL** por prejuízo que porventura lhe cause;
- III- comparecer às reuniões;
- IV- cumprir e fazer cumprir este Estatuto, o contrato do consórcio e demais obrigações deles decorrentes.

**Art. 8º- Os consorciados Fundadores e Efetivos estarão sujeitos às seguintes penalidades:**

- I- advertência;
- II- suspensão;
- III- exclusão.



§ 1º - A penalidade somente será aplicada após decisão da Assembléia Geral, assegurado ao acusado o contraditório e a ampla defesa.

§ 2º - Na aplicação da pena a Assembléia Geral levará em conta a gravidade da falta, o grau de participação do consorciado no fato imputado e os seus antecedentes perante o **CONSUL** de maneira que a decisão seja tomada com prudência e razoabilidade.

### CAPÍTULO III

### ÓRGÃOS DA ADMINISTRAÇÃO

**Art. 9º - São órgãos do CONSUL:**

- a) Assembléia Geral;
- b) Diretoria Executiva;
- c) Conselho Fiscal;
- d) Secretaria Executiva;
- e) Núcleos de Gestão.

**Art. 10 – Da Assembléia Geral**

§ 1º - Como instância máxima a Assembléia Geral, composta por todos os chefes do poder executivo dos municípios consorciados, reunir-se-á ordinariamente uma vez a cada dois meses, para além de outras deliberações oportunas, apreciar as contas, os relatórios gerenciais da Diretoria Executiva e os pareceres financeiros, quando for o caso, ficando estabelecido que qualquer convocação, seja de caráter ordinário ou extraordinário, será feita com antecedência mínima de (08) oito dias, por ofício contendo a Ordem do Dia dos assuntos a serem discutidos, dia, hora e local da reunião, e ainda se regerá pelas seguintes disposições:

- I- a Assembléia Geral se reunirá preferencialmente na sede do consórcio, podendo ocorrer na sede de qualquer dos Municípios consorciados, desde que conste tal designação na ata da assembléia imediatamente anterior;
- II- na data e hora determinada a Assembléia Geral tomará as deliberações constantes da convocação, estando presentes, pessoalmente, 2/3 (dois terços) dos representantes legais dos



municípios consorciados, sendo vedada a representação por procuração;

- III- não havendo número suficiente conforme o determinado no inciso anterior, a Assembléia Geral tomará as deliberações constantes da convocação, uma hora após o horário previsto na convocação, com metade mais um de consorciados presentes;
- IV- quando o assunto versar sobre aprovação e modificação do Estatuto Social ou do Contrato de Consórcio Público, adesão e exclusão de consorciado, eleição e destituição dos membros componentes da estrutura organizacional, bem como contratação, nomeação, exoneração e demissão de empregados ou servidores, ocupantes de empregos ou cargos comissionados, será exigido o voto concorde de 2/3 dos presentes à Assembléia Geral, especialmente convocada para esse fim, não podendo ela deliberar, em qualquer convocação, sem a maioria absoluta dos entes consorciados;
- V- as demais decisões da Assembléia Geral serão tomadas por votos da maioria simples (metade mais um) dos entes consorciados presentes, e todas as deliberações serão registradas em atas individuais por cada reunião, as quais serão subscritas por todos os votantes;
- VI- a cada ente consorciado será assegurado o direito de proferir apenas 01 (um) voto na Assembléia Geral;
- VII- não poderá ser objeto de deliberação a modificação da finalidade e dos objetivos do CONSUL que extrapole os limites da Lei Federal Nº 11.107/05 que instituiu as normas gerais;
- VIII- a Assembléia Geral poderá ser convocada extraordinariamente a qualquer tempo, por iniciativa do presidente ou, no mínimo, por um terço dos municípios consorciados;
- IX- os consorciados que solicitarem convocação da Assembléia Geral Extraordinária deverão formalizar o pedido por escrito ao Presidente do Consórcio, relatando os motivos e indicando, especificamente, os assuntos a serem tratados;
- X- no início de cada reunião da Assembléia Geral a ata da reunião anterior deverá ser submetida à aprovação do plenário;
- XI- a Diretoria do Consórcio executará ou fará executar as deliberações da Assembléia Geral Ordinária e Extraordinária;



- XII- a Assembléia Geral poderá constituir comissões especiais para instruir as proposições a serem submetidas à deliberação do plenário. Participarão dos trabalhos das comissões especiais o Secretário (a) Executivo (a) e técnicos das áreas relacionadas com as proposições encaminhadas à Assembléia Geral;
- XIII- compete às comissões especiais da Assembléia Geral elaborar pareceres e sugerir emendas as proposições a elas submetidas;
- XIV- eventual reforma do presente estatuto será procedida em Assembléia Geral Extraordinária, especialmente convocada para este fim, sendo a decisão tomada por maioria de 2/3 (dois terços) dos consorciados.

**Art. 11 - É da competência da Assembléia Geral:**

- I- decidir sobre reformas do contrato de consórcio ou deste estatuto;
- II- eleger, empossar e destituir a Diretoria Executiva;
- III- decidir sobre a extinção e as questões de natureza patrimonial do Consórcio;
- IV- deliberar sobre assuntos relacionados com os objetivos do Consórcio;
- V- estabelecer a orientação superior do Consórcio, recomendando o estudo de soluções para os problemas administrativos, econômicos e sociais dos consorciados;
- VI- eleger por votação secreta, dentre os seus membros a diretoria executiva do Consórcio para o período de 01 (um) ano, permitida a reeleição para o mesmo cargo apenas para mais um período;
- VII- eleger os membros das comissões especiais, eventualmente criadas;
- VIII- homologar o programa de trabalho proposto pela Diretoria;
- IX- aprovar o Contrato de Rateio previsto no Art. 8º da Lei Federal N.º 11.107 de 6 de abril de 2005, de cada Consorciado que vigorará para o Exercício Fiscal seguinte;
- X- homologar o relatório geral e a prestação de contas anual da Diretoria do Consórcio, avaliando as atividades desenvolvidas pelo Consórcio;

*[Handwritten signatures and initials in blue ink are present at the bottom of the page, including a large signature on the left and several initials on the right.]*



- XI- deliberar sobre qualquer assunto de interesse dos municípios consorciados que constitui objetivo do Consórcio;
- XII- promover a reforma do presente estatuto do Consórcio;
- XIII- extinguir o Consórcio;
- XIV- contratar, nomear, exonerar e demitir empregados ou servidores;
- XV- aprovar o ingresso de novos membros no Consórcio;
- XVI- decidir pela exclusão de Ente Consorciado em razão de inadimplência ou cometimento de infrações contra as disposições deste Protocolo, do Contrato e do Estatuto do Consórcio;
- XVII- aprovar pedido de retirada de ente consorciado do Consórcio;
- XVIII- exigir da Diretoria a implementação de medidas administrativas e judiciais na defesa dos interesses do Consórcio;
- XIX- aprovar planos diretores que porventura venham ser criados.

**Art. 12** – Conforme previsão legal e contratual, o representante legal do **CONSUL** será, obrigatoriamente, um dos chefes do Poder Executivo dos municípios consorciados, eleito para um mandato de um ano, podendo ser reeleito uma única vez, e até quando estiver mantida a sua condição de Chefe do Poder Executivo de Município consorciado, cujas eleições ocorrerão em reuniões da Assembléia Geral, obedecendo ao critério de votação previsto na cláusula sétima.

§ 1º – O Chefe do Poder Executivo eleito Presidente da Diretoria Executiva é, concomitantemente, Presidente da Assembléia Geral.

§ 2º – O mandato do representante legal do consórcio cessará automaticamente na eventualidade de o mesmo não mais ocupar a chefia do Poder Executivo do ente da federação que representa na Assembléia Geral.

§ 3º – Nos seus impedimentos ou na sua vacância, o representante legal do consórcio será sucedido por aquele que, na mesma hipótese, o suceder na Chefia do Poder Executivo do respectivo ente da federação que representa.

§ 4º – Nos casos de faltas e impedimentos temporários do seu presidente, assumirá a presidência do **CONSUL** o seu respectivo vice-presidente.

**Art. 13** - O **CONSUL** será administrado pela Diretoria Executiva que será composta dos seguintes membros:



- I- Presidente;
- II- Primeiro Vice-Presidente;
- III- Segundo Vice-Presidente;
- IV- Secretário Geral;
- V- Secretário Geral Adjunto;
- VI- Primeiro Tesoureiro;
- VII- Segundo Tesoureiro.

**Parágrafo único** – todos os membros serão eleitos em Assembléia Geral, dentre os membros do Consórcio, obedecendo às seguintes disposições:

- I- a eleição dos Diretores do Consórcio será realizada na primeira segunda-feira do mês de fevereiro de cada ano e sua posse imediatamente após a apuração do resultado da eleição;
- II- somente poderá votar e ser votado para os cargos da Diretoria Executiva do Consórcio o Prefeito cujo Município esteja adimplente com suas obrigações do Consórcio;
- III- o afastamento do cargo de Prefeito é impedimento para exercer os cargos da Diretoria, enquanto aquela situação perdurar;
- IV- os membros da Diretoria não terão direito à remuneração de qualquer espécie pelo exercício de suas funções.

**Art. 14** - São atribuições do Presidente do Consórcio:

- I- representar administrativa e judicialmente o Consórcio;
- II- zelar pelo cumprimento do contrato e respectivo Estatuto;
- III- encaminhar aos órgãos e entidades competentes as reivindicações do Consórcio;
- IV- convidar representantes de órgãos públicos ou privados e profissionais liberais para participarem dos grupos de trabalho, constituídos pela Diretoria Executiva;
- V- firmar convênios, acordos ou contratos com entidades públicas e privadas;



- VI- contratar e remunerar os servidores do Consórcio na forma da legislação trabalhista de acordo com o quadro de pessoal previsto neste Protocolo de Intenções;
- VII- solicitar, mediante pedido fundamentado, que sejam postos à disposição do Consórcio os servidores dos Municípios consorciados e de outros órgãos da administração pública;
- VIII- encaminhar as resoluções da Assembléia Geral para que sejam implementadas pela Secretaria Executiva;
- IX- autorizar pagamento e movimentar recursos financeiros do Consórcio através de cheques bancários nominais, que assinará em conjunto com o Primeiro Tesoureiro;
- X- gerir o patrimônio do Consórcio;
- XI- convocar a Assembléia Geral nos termos deste Protocolo de Intenções e do Estatuto do Consorcio;
- XII- receber as proposições dos Municípios consorciados para posterior encaminhamento à Assembléia Geral;
- XIII- preparar a agenda de trabalho da Assembléia Geral;
- XIV- executar ou determinar a execução das deliberações da Assembléia Geral;
- XV- prestar contas à Assembléia Geral e ao Tribunal de Contas do Estado de Pernambuco, no fim de cada ano, através de balanço e relatório de sua gestão administrativa e financeira, com o parecer do Conselho Fiscal;
- XVI- aprovar o relatório geral das atividades elaborado pela Secretaria Executiva;
- XVII- implementar medidas administrativa e judiciais na defesa dos direitos do Consórcio, sob pena de ser responsabilizado na forma da lei, dos estatutos do Consórcio e desse instrumento;
- XVIII- elaborar, atualizar e executar planos diretores de interesse do Consórcio;
- XIX- desempenhar outras atividades afins.

**Art. 15 - Compete ao Primeiro Vice-Presidente:**



- I- substituir o Presidente em suas faltas ou impedimentos;
- II- assumir o mandato, em caso de vacância, até o seu término;
- III- prestar, de modo geral, a sua colaboração ao Presidente.

**Art. 16 - Compete ao Segundo Vice-Presidente:**

- I- substituir o Presidente nos impedimentos do Presidente e do Primeiro Vice-Presidente;
- II- assumir o mandato, em caso de vacância, até o seu término;
- III- prestar, de modo geral, a sua colaboração ao Presidente.

**Art. 17 - Compete ao Secretário Geral:**

- I- incentivar e subsidiar medidas em busca do fortalecimento e ampliação do CONSUL;
- II- preparar e organizar as reuniões da Diretoria Executiva;
- III- assumir o mandato, em caso de vacância, até o seu término;
- IV- prestar, de modo geral, a sua colaboração ao Presidente.

**Art. 18 - Compete ao Secretário Geral Adjunto:**

- I- substituir o Secretário Geral em suas faltas ou impedimentos;
- II- assumir o mandato, em caso de vacância, até o seu término;

**Art. 19 – Compete ao Primeiro Tesoureiro:**

- I- arrecadar e contabilizar as contribuições dos consorciados, rendas, auxílios e donativos, mantendo em dia a escrituração;
- II- pagar as contas autorizadas pelo Presidente;
- III- apresentar relatórios de receita e despesas, sempre que forem solicitados;
- IV- apresentar o relatório financeiro para ser submetido à Assembléia Geral;
- V- apresentar semestralmente o balancete ao Conselho Fiscal;



- VI- conservar, sob sua guarda e responsabilidade, os documentos relativos à tesouraria;
- VII- manter todo o numerário em estabelecimento de crédito;
- VIII- assinar, com o presidente, todos os cheques, ordens de pagamento e títulos que representem obrigações financeiras da Associação.

**Art. 20 – Compete ao Segundo Tesoureiro:**

- I- substituir o Primeiro Tesoureiro em suas faltas, impedimentos ou vacância;
- II- prestar, de modo geral, a sua colaboração ao Primeiro Tesoureiro.

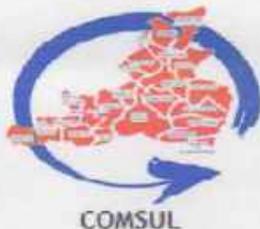
**Art. 21 –** As atividades dos diretores, bem como as dos associados, serão inteiramente gratuitas, sendo-lhes vedado o recebimento de qualquer lucro, gratificação, bonificação ou vantagem.

**Art. 22 -** A Secretaria Executiva é o setor de articulação, integração e execução das ações propostas e iniciará sua atuação composta de um Secretário Executivo, de nível superior, de reconhecida e comprovada capacidade técnica, probidade, integridade, dignidade, respeitabilidade, que não seja filiado a partidos políticos, sendo livremente indicado pelo Presidente e referendado pela Assembléia Geral, por pelo menos 2/3 dos seus membros.

§ 1º - O Secretário Executivo deverá se comprometer que ao deixar a função, não se filiará a nenhum partido político por um período de quatro anos em qualquer dos municípios consorciados ao **CONSUL**.

**Art. 23 - Compete ao Secretário Executivo:**

- I- organizar a Secretaria Executiva, elaborar programas técnicos de desenvolvimento e orientar sua execução, contribuir para pauta de assuntos e os trabalhos das reuniões da Assembléia Geral;
- II- ter sob sua guarda e responsabilidade os bens do **CONSUL**;
- III- administrar e comandar o pessoal da secretaria executiva e dos programas e ações estabelecidas;
- IV- articular-se, autorizado pelo Presidente, com os outros entes da federação, instituições, organizações sociais e empresariais para, de alguma forma, participarem dos programas e ações do **CONSUL**.
- V- articular-se com instituições e organismos nacionais e internacionais, desde que autorizado pelo Presidente;



- VI- gerenciar, supervisionar, acompanhar, comandar todas as ações que estejam sendo executadas pelo **CONSUL**;
- VII- executar o Plano de Trabalho estabelecido pela Diretoria Executiva.

**Art. 24** - Compete aos Núcleos de Gestão a execução e o funcionamento necessários ao atendimento do previsto nos Contratos de Programa específicos para a prestação dos serviços públicos contratados.

§ 1º - O **CONSUL** poderá instituir tantos Núcleos de Gestão quantos forem suas atividades específicas demandadas pela Assembléia Geral;

§ 2º - A criação dos Núcleos de Gestão do **CONSUL** se dará por meio de resolução da Assembléia Geral, devidamente ratificada por Lei uniforme dos entes consorciados;

§ 3º - Cada Núcleo de Gestão será composto de no mínimo 01(um) superintendente, 01 (um) gerente administrativo/financeiro e 01(um) gerente técnico.

#### CAPÍTULO IV

#### DO CONSELHO FISCAL

**Art. 25** - O Conselho Fiscal será constituído por 03 (três) membros titulares, e 03 (três) membros suplentes, escolhidos dentre os membros da Assembleia Geral que não façam parte da Diretoria Executiva, eleitos no mesmo processo eleitoral para escolha da Diretoria Executiva.

§1º - O mandato do Conselho Fiscal será coincidente com o mandato da Diretoria.

§2º - Em caso de vacância, o mandato será assumido pelo respectivo suplente, até seu término.

**Art. 26º** - Compete ao Conselho Fiscal:

- I- fiscalizar as atividades financeiras do **CONSUL**;
- II- elaborar o relatório anual de contas;
- III- cooperar com a Diretoria Executiva no desenvolvimento das suas atividades;



- IV- apresentar relatórios de receitas e despesas, sempre que forem solicitados;
- V- opinar sobre a aquisição e alienação de bens.

**Parágrafo Único** – O Conselho Fiscal reunir-se-á ordinariamente a cada 03 (três) meses e, extraordinariamente, sempre que necessário.

**Art. 27º** – As atividades dos conselheiros, serão inteiramente gratuitas, sendo-lhes vedado o recebimento de qualquer lucro, gratificação, bonificação ou vantagem.

## CAPÍTULO V DO PESSOAL

**Art. 28** - O Regime jurídico de Trabalho dos empregados do **CONSUL** será o celetista e todas as regras deste regime, inclusive quanto à jornada de trabalho, se aplicam a eles.

**Art. 29** - A investidura nos empregos criados para atender às necessidades do **CONSUL**, se dará mediante aprovação prévia em concurso público de provas ou de provas e títulos, ressalvadas as nomeações para empregos ou cargos em comissão ou função de confiança, bem como os casos de cessão de servidores pelos entes consorciados.

**Art. 30** - O **CONSUL** poderá, conforme autoriza o inciso IX do art. 37 da Constituição Federal, contratar pessoal por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público, cujo critério de escolha para contratação se dará por meio de processo de seleção simplificada, a cargo do Presidente, mediante ratificação da Assembléia, e observará as seguintes situações:

- I- até que se realize Concurso Público para provimento de empregos efetivos que não foram preenchidos ou que vierem a vagar, se eventualmente criados;
- II- na vigência do gozo de férias regulamentares e das licenças legais concedidas aos servidores do quadro efetivo;
- III- para atender demandas de serviços.

**Art. 31** - A contratação de que trata o artigo anterior será realizada por prazo determinado de até 1 (um) ano, podendo ser prorrogada, por igual período.



- IV- apresentar relatórios de receitas e despesas, sempre que forem solicitados;
- V- opinar sobre a aquisição e alienação de bens.

**Parágrafo Único** – O Conselho Fiscal reunir-se-á ordinariamente a cada 03 (três) meses e, extraordinariamente, sempre que necessário.

**Art. 27º** – As atividades dos conselheiros, serão inteiramente gratuitas, sendo-lhes vedado o recebimento de qualquer lucro, gratificação, bonificação ou vantagem.

## CAPÍTULO V

### DO PESSOAL

**Art. 28** - O Regime jurídico de Trabalho dos empregados do **CONSUL** será o celetista e todas as regras deste regime, inclusive quanto à jornada de trabalho, se aplicam a eles.

**Art. 29** - A investidura nos empregos criados para atender às necessidades do **CONSUL**, se dará mediante aprovação prévia em concurso público de provas ou de provas e títulos, ressalvadas as nomeações para empregos ou cargos em comissão ou função de confiança, bem como os casos de cessão de servidores pelos entes consorciados.

**Art. 30** - O **CONSUL** poderá, conforme autoriza o inciso IX do art. 37 da Constituição Federal, contratar pessoal por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público, cujo critério de escolha para contratação se dará por meio de processo de seleção simplificada, a cargo do Presidente, mediante ratificação da Assembléia, e observará as seguintes situações:

- I- até que se realize Concurso Público para provimento de empregos efetivos que não foram preenchidos ou que vierem a vagar, se eventualmente criados;
- II- na vigência do gozo de férias regulamentares e das licenças legais concedidas aos servidores do quadro efetivo;
- III- para atender demandas de serviços.

**Art. 31** - A contratação de que trata o artigo anterior será realizada por prazo determinado de até 1 (um) ano, podendo ser prorrogada, por igual período.



**Art. 32** - Os salários dos empregados que compõem o quadro de pessoal do Consórcio serão revistos e reajustados anualmente pelo índice oficial do Governo Federal que apura a perda do poder aquisitivo do trabalhador aprovados pela Assembléia Geral, devendo ser observado que a data base para a revisão e reajuste dos salários será a mesma prevista para o reajuste do salário mínimo e que não poderá haver vencimentos inferiores ao Salário Mínimo vigente no país.

**Art. 33** - Em caso de extinção, o Consórcio indenizará os seus empregados públicos, de acordo com os dispositivos da CLT, sendo expressamente vedado o direito à estabilidade.

**Art. 34** - O Presidente do CONSUL poderá requisitar mediante aprovação da Assembléia Geral, servidores dos entes consorciados com vistas ao cumprimento dos objetivos do CONSUL.

**Art. 35** - Os servidores mencionados no artigo anterior poderão receber de acordo com as atividades desempenhadas no CONSUL e no período que estiverem à disposição, gratificações de apoio ao consórcio, legalmente estabelecidas, não integrando, todavia, o seu salário para os fins diversos.

## CAPITULO VI DAS ELEIÇÕES

**Art. 36** - Somente os Chefes do Poder Executivo dos entes filiados ao CONSUL, adimplentes com suas obrigações financeiras poderão exercer o direito de votar e ser votado para ocupar o cargo de Presidente, Primeiro Vice Presidente, Segundo Vice-Presidente, Secretário Geral, Secretário Geral Adjunto, 1º Tesoureiro e 2º Tesoureiro.

**Art. 37** - É vedado o direito de voto por procuração.

**Art. 38** - Para realizar a eleição, o Presidente deverá comunicar com 08 (oito) dias de antecedência e com Aviso de Recebimento pelo ECT – Empresa de Correios e Telégrafos, a data da mesma através de edital onde deve constar dia, hora e local e prazo máximo para apresentação das chapas concorrentes, se houver.

**Art. 39** - Os candidatos deverão inscrever suas chapas para concorrer aos cargos de Presidente, Primeiro Vice-Presidente, Segundo Vice-Presidente, Secretário Geral, Secretário Geral Adjunto, 1º Tesoureiro e 2º Tesoureiro no prazo improrrogável de até 48 horas antes da hora e data fixada para a realização das eleições.



**Art. 40** - A eleição será realizada em escrutínio secreto na sede do **CONSUL**, através de cédula própria onde constem às chapas completas.

**Parágrafo único** – Será vencedora a chapa que obtiver a maioria absoluta dos votos válidos de pelo menos 2/3 dos membros da Assembléia Geral, para um mandato de um ano com direito à uma única reeleição.

**Art. 41** - É vedado ao consorciado que se registrou em uma chapa, concorrer por outra a qualquer cargo.

**Art. 42** - O prazo para impugnação de qualquer candidatura, só poderá ocorrer até 24 (vinte e quatro) horas, após o registro das chapas na secretaria.

## CAPÍTULO VII

### DA RESPONSABILIDADE E REFORMA ESTATUTÁRIA

**Art. 43** - A reforma do presente estatuto dar-se-á em qualquer tempo, por iniciativa do Presidente ou por proposta de no mínimo 1/3 (um terço) dos membros da Assembléia Geral.

**Parágrafo Único** – A alteração deste estatuto somente poderá ser realizada por maioria qualificada de 2/3 (dois terços) dos membros da Assembléia Geral.

## CAPÍTULO VIII

### DOS RECURSOS

**Art. 44** - São recursos do **CONSUL**:

- I- receitas de contribuições, subvenções ou dotações públicas ou privadas.
- II- receitas de contribuições, subvenções ou dotações federais, estaduais, municipais.
- III- receitas de contribuições, ajudas, doações, de caráter nacional e internacional.
- IV- receitas de aplicações financeiras e juros bancários.
- V- receitas provenientes de taxas administrativas dos projetos e programas, cuja gestão esteja sob responsabilidade do **CONSUL**.



- VI- receitas de aluguel de veículos, equipamentos e máquinas para execução de serviços conforme determinação do Presidente.
- VII- receitas oriundas de tarifas.
- VIII- receitas resultado de convênios e parcerias.
- IX- receitas previstas em Contratos de Rateios.

## CAPÍTULO IX DO PATRIMÔNIO

**Art. 45** - O Patrimônio do **CONSUL** será constituído pelos bens móveis e imóveis, utensílios, veículos, máquinas, equipamentos, semoventes, ações e apólices da dívida pública, documentos e papéis do seu arquivo adquiridos através de doações oficiais e particulares, bem como, através da aplicação de recursos próprios.

**Art. 46** - No caso de dissolução do **CONSUL** o seu patrimônio será revertido em partes iguais, ao patrimônio dos municípios integrantes, ou, a critério do Assembléia Geral, por maioria absoluta.

**Art. 47** - Para validade das decisões que serão tomadas por maioria absoluta ou qualificada dos votos será exigida a presença mínima de 2/3 (dois terços) dos membros da Assembléia Geral.

**Parágrafo único** – Não será admitida, sob pena de nulidade, a decisão que não observar o quorum indicado neste estatuto.

**Art. 48** - Para a validade das decisões que serão tomadas por maioria simples de votos será exigida a presença da maioria absoluta de representantes.

**Art. 49** – Todo quadro de pessoal contratado pelo **CONSUL** será regido pelo regime celetista, exceto nas hipóteses de cessão de servidores.

**Art. 50** - As reuniões do **CONSUL** deverão ser realizadas em qualquer sede dos entes consorciados ou, excepcionalmente, em local designado pelo Presidente ou pela Assembléia Geral.

**Art. 51** – Os agentes públicos incumbidos da gestão do **CONSUL** não responderão pessoalmente pelas obrigações contraídas pelo **CONSUL**, mas responderão pelos atos praticados em desconformidade com a lei ou com as disposições destes Estatuto.

*[Handwritten signatures and initials in blue ink, including a large signature on the left and several initials on the right and bottom.]*



**Art. 52** - O CONSUL só poderá ser extinto pela Assembléia Geral por maioria qualificada, ou seja, dois terços (2/3) de seus membros.

§ 1º - Deixando o CONSUL de funcionar por período superior a doze meses e verificando-se total falta de condições para continuar atuando, inexistindo quorum acima determinado, o Presidente convocará a Assembléia Geral para uma reunião a realizar-se quinze dias após a data da convocação;

§ 2º - Não comparecendo número legal, marcará nova reunião a ser realizada após quinze dias;

§ 3º - Persistindo a ausência do quorum, a Assembléia funcionará com o número de presentes, dando então o Presidente, por extinto o CONSUL, distribuindo o seu patrimônio conforme previsto neste estatuto e a respeito de tudo lavrando-se a ata que será assinada pelos membros que compareceram.

**Art. 53** - O presente estatuto será submetido à aprovação da Assembléia Geral, revogando automaticamente o anterior.

**Art. 54** - Os casos omissos serão resolvidos pela Assembléia Geral na forma deste Estatuto.

Sirinhaém, 22 de Fevereiro de 2010.

\_\_\_\_\_  
PREFEITURA DE  
ÁGUA PRETA

\_\_\_\_\_  
PREFEITURA DE  
AMARAJÍ

\_\_\_\_\_  
PREFEITURA DE  
BARREIROS

\_\_\_\_\_  
PREFEITURA DE  
BELÉM DE MARIA

\_\_\_\_\_  
PREFEITURA DE  
CATENDE

\_\_\_\_\_  
PREFEITURA DE  
CHÃ GRANDE

\_\_\_\_\_  
PREFEITURA DE  
CORTÊS

\_\_\_\_\_  
PREFEITURA DE  
ESCADA

\_\_\_\_\_  
PREFEITURA DE  
GAMELEIRA



PREFEITURA DE  
JAQUEIRA

PREFEITURA DE  
JOAQUIM NABUCO

PREFEITURA DE  
MARAIAL

PREFEITURA DE  
PALMARÉS

PREFEITURA DE  
POMBOS

*Dele para Luciano Carneiro*

PREFEITURA DE  
PRIMAVERA

PREFEITURA DE  
QUIPAPÁ

PREFEITURA DE  
RIO FORMOSO

PREFEITURA DE  
SÃO BENEDITO DO SUL

PREFEITURA DE  
SÃO JOSÉ DA COROA  
GRANDE

PREFEITURA DE  
SIRINHAÉM

PREFEITURA DE  
TAMANDARÉ